

---

# ESCOLA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: A CIDADANIA AMEAÇADA

*José de Sousa Miguel Lopes*  
*Doutor em História e Filosofia da Educação*  
*Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*  
*Ex-diretor Nacional de Formação de Quadros da Educação/*  
*Ministério da Educação de Moçambique*

## RESUMO

Neste texto, procuro analisar o modo como, em Moçambique, as políticas educacionais do pós-independência (1975), em particular no campo lingüístico, pautaram-se por uma fraca vontade de ampliar as oportunidades educacionais, visando à construção da cidadania para todas as crianças moçambicanas. Após a independência, a língua portuguesa foi instituída como oficial e como garantia da unidade nacional, não se atribuindo às línguas autóctones moçambicanas uma função social específica. A marginalização destas línguas contribuiu para o fracasso do rendimento escolar e afetou a preservação de valores culturais da sociedade. O respeito e a promoção das línguas autóctones devem ser reconhecidos, antes de tudo, como poderosos meios de democratização.

**Palavras-chave:** cidadania, política lingüística e línguas autóctones.

## INTRODUÇÃO

Estarão emergindo sinais em Moçambique que possam configurar uma tendência de diminuição das desigualdades sociais, de modo a se obter uma implantação democrática e cidadã mais efetiva? De que maneira as políticas educacionais do pós-independência se pautaram por uma genuína vontade de ampliar as oportunidades educacionais visando à construção da cidadania para todas as crianças moçambicanas?

Na atual situação do país, as questões relativas ao campo econômico precisam ser encaradas com mais seriedade, com vistas à eliminação das enormes e perversas desigualdades sociais. Moçambique, como formação social periférica do capitalismo globalizado, dispõe de pouca capacidade de produzir excedentes ou de barganhar vantagens no cenário internacional. Assim, constata-se uma política que deixou de se preocupar com as necessidades das grandes massas populacionais. A ausência de qualquer base industrial ou conhecimento tecnológico e a falta de um produto essencial que pudesse ser exportado – como petróleo ou minerais estratégicos – são fatores que vêm provocando um crescimento vertiginoso do desemprego e de grandes desigualdades sociais. Em decorrência disso, a população se encontra inteiramente alienada de meios e condições mínimas para alavancar seu desenvolvimento econômico e social.

Nessas circunstâncias, a dependência e a miséria parecem quase insolúveis. Esse quadro é complementado por uma renda *per capita* baixíssima e geralmente concentrada, devido a antigas relações sociais e estilos de vida desestruturados. Quanto mais tempo essa situação se mantiver, mais diminuirão as possibilidades de uma democratização verdadeira da sociedade, visto que não existe espaço para qualquer política de distribuição de recursos.

As suspeitas de que os poderosos se enriquecerão e de que aqueles privados de poder serão vítimas do mercado – só poderão ser dirimidas se as elites com poder de realizar reformas assegurarem um sólido mandato democrático para as iniciativas de privatização e reconhecerem a necessi-

---

dade da prestação honesta de contas à maioria do povo. Por sua vez, tal mandato só pode ser obtido mediante vias democráticas, o que leva ao resultado paradoxal de que, no caso de uma economia como a moçambicana – e quando o próprio Estado deve realizar sua retirada da economia –, a democracia é uma pré-condição necessária à transformação econômica. É pouco concebível que se possa dar um único passo nessa vasta arena sem estar investido de forte legitimidade, que não pode ser adquirida de outra forma a não ser por via política democrática.

Nesse quadro, como se configura o sistema educacional e qual seu papel na construção da cidadania? Desde 1983, Moçambique tem um sistema de sete anos de educação básica obrigatória que a criança pode frequentar gratuitamente. Há um grau primário até a sétima classe. O sistema educativo continua com um nível secundário de cinco anos. Estes doze anos de educação compreendem a base para estudos universitários. Embora, em princípio, o sistema da escola primária seja compulsório, a situação econômica e política devastadora – em grande parte conseqüência de dezessete anos de guerra civil – não permitiu a provisão completa de escolaridade para todas as crianças em idade escolar. De fato, depois de um crescimento acentuado nas taxas brutas de matrícula em quase 100% durante os primeiros anos de independência, pode-se notar um declínio sucessivo nas taxas brutas de matrícula para 57,4%, em 1989 (Martins, 1990, p. 50). O desperdício também é extremamente alto. Em cada classe, transitam aproximadamente 50% das crianças. Um quarto destas desiste todos os anos e outro quarto repete a mesma classe (idem, p. 95). Para ilustrar com números, numa coorte de mil alunos que começaram a escola em 1976/77, só 102 chegaram à quinta classe (idem, p. 55). O sistema escolar é, conseqüentemente, bastante assimétrico no que concerne à matrícula em seus diferentes níveis. De todos os alunos, 97,3% são matriculados no nível primário, 2,6% no secundário e 0,1% no universitário. Nota-se, mediante as cifras de permanência no nível da escola primária, que muito poucas crianças frequentam a escola a partir da quinta classe (idem, p. 29).

Uma das muitas coisas que os dados estatísticos revelam claramente sobre o sistema educacional moçambicano é o mecanismo extremamente seletivo que governa a escola primária. Mais de 25% do total da população escolar desaparece em cada nova classe. Entre as moças das escolas rurais, apenas cinqüenta, de mil que ingressam na primeira classe, graduam-se na quinta classe. Isso significa que os alunos que atingem a sexta classe – e mais ainda os que chegam à escola secundária –, ou seja, os remanescentes, são fortemente selecionados e não podem ser comparados aos colegas eliminados em estágios mais iniciais.

Isso parece indicar que a sociedade moçambicana e a escola que lhe é própria não desenvolveram – e não desenvolvem – mecanismos democráticos perante a diversidade social, lingüística e cultural. O que está em jogo são as singularidades, as particularidades da sociedade moçambicana, de suas diferentes etnias em face da universalidade do social humano e sua complexidade através dos tempos e, em particular, num mundo que se globaliza.

## **POLÍTICA LINGÜÍSTICA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

É principalmente no uso da linguagem que as pessoas constroem e projetam suas identidades. Assim, é o discurso, isto é, a linguagem em uso, e não qualquer materialidade lingüística específica, que cria e faz circular o sentido “ser moçambicano”. Desse modo, a questão da construção da identidade de sujeitos sociais ou étnicos implica sempre multifacetamento, pois são muitos os “ou-

---

tros” que nos servem de faro no estabelecimento de nossa identidade, seja porque a eles desejamos nos opor ou porque com eles desejamos estar em consonância (Hall, 1986 e Rampton, 1995).

Uma amostra obtida por meio de pesquisas de campo realizadas em 1990 em Moçambique indica que, em cada mil alunos que ingressaram na primeira classe, somente 77 concluíram com êxito o nível, tendo-se apontado como um dos principais fatores desse quadro a imposição da língua portuguesa nos primeiros anos de escolaridade, no processo de ensino-aprendizagem (Saúde, 1996, p. 6).

Gabriel Simbine, investigador do Arquivo do Patrimônio Cultural, afirmou que “já é altura de se repensar em minimizar a situação nas escolas, já que *o problema arrasta-se* desde os primeiros anos da independência nacional” (idem, grifos meus). Acrescentou que houve um erro grave, resultante de a Constituição da República aprovada em 1975 – e mesmo depois de reformulada, em 1990 – não ter atribuído às línguas autóctones uma função social no projeto de reconstrução nacional. Recuando no tempo, Simbine disse que o problema verificado hoje tem sua origem na questão política, dado que, nas zonas libertadas, a Frente de Libertação de Moçambique, ainda como movimento libertador, teria priorizado o português, em detrimento das línguas autóctones, sob o pretexto de se evitar o recrudescimento do tribalismo.

Segundo Simbine, com a independência nacional o erro se manteve, ao não se atribuir às línguas autóctones moçambicanas uma função social específica, ficando a língua portuguesa como oficial e como garantia da unidade nacional. “Tivemos muitas baixas na educação que poderiam ter sido evitadas. Volvidos vinte anos de independência é que pusemos a mão na consciência e refletimos sobre questões que poderiam ter sido evitadas” (idem). Ainda consoante ele, a marginalização das línguas autóctones não só contribuiu para o fracasso do rendimento escolar, como também afetou a preservação de valores culturais da sociedade.

A partir de 1982, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação aceitou começar a realizar pesquisas para melhorar os métodos de aquisição do letramento. Iniciaram-se experiências de letramento em línguas autóctones, para posteriormente se aprender o português como segunda língua. Esta metodologia, aliás, já se vinha revelando eficaz em experiências realizadas em outros países. Entretanto, estas ações não foram mais do que iniciativas pontuais e de precários resultados.

O profundo receio em relação à possível eclosão de manifestações de etnicidade fez com que sempre houvesse recuos e insegurança na concretização de uma política de incentivo das línguas autóctones com a qual, a princípio, todos se manifestavam de acordo pela impossibilidade de ignorar a realidade do mapa lingüístico do país (Honwana, 1994, p. 23).

O líder histórico e nº 2 na hierarquia da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Marcelino dos Santos, demonstra consciência do forte golpe cultural que representa a degeneração das línguas autóctones ao afirmar que “nossas línguas devem, pois, ser defendidas e preservadas” (1989, p. 48). Não acreditamos que sua voz seja isolada no interior da FRELIMO. No entanto, as posições discursivas de defesa das línguas autóctones explicitadas pelo poder político – das quais ele é um dos mais insignes representantes – nunca tiveram correspondência com ações práticas. No entendimento de Luís Bernardo Honwana (1994, p. 23), “a língua oficial é a língua do poder, a língua em que se formulam as grandes decisões que condicionam o presente e o futuro dos cidadãos. Dominar essa língua é ganhar relevância política, é participar de algum modo no exercício do poder”.

O novo poder político saído da independência vai utilizar a língua portuguesa como língua de unidade nacional, procurando fazer dela não um “instrumento de dominação, mas, ao contrário, um instrumento de libertação”. Se é pacífico aceitar como correta esta estratégia – visto que ne-

---

nhuma das línguas autóctones tem uma cobertura territorial tão avassaladora que pudesse instituir-se como língua nacional –, parece-nos bastante controversa, ou no mínimo problemática, a política lingüística adotada face às línguas autóctones. Com o enganoso argumento da falta de quadros e da incipiente codificação das línguas autóctones, o poder político acabou, por outras vias, dando continuidade à política lingüística colonial.

Mais recentemente, o presidente da República moçambicano, Joaquim Chissano, afirmou que “temos que considerar as outras línguas [autóctones] e temos que desenvolvê-las também ao mesmo tempo que desenvolvemos o português” (apud Gonçalves, 1989, p. 1). Todavia, até hoje o quadro geral da questão não se alterou, mantendo-se a política das meras intenções.

Some-se a isto a problemática da etnicidade, configurada em Moçambique pela existência de mais de vinte etnias, com suas línguas e culturas, para se ter um quadro da importância que tal problemática tem na atualidade, forte e crescentemente marcada por conflitos reais – muitos deles tendo degenerado em verdadeiras “limpezas étnicas” – ou latentes. Não devemos esquecer o fato de a guerra civil – que após a independência fustigou os moçambicanos durante mais de uma década – ter sido fortemente marcada pela etnicidade. Se hoje tais conflitos parecem sob relativo controle, avolumam-se indícios de que essas tensões étnicas poderão deixar sua latência, explodindo de forma mais violenta e incontrolável, quando e onde menos se espera. Se em vários domínios não forem levadas à prática políticas que efetivamente garantam o reconhecimento à diversidade cultural existente no tecido social moçambicano, estarão criadas as condições para a eclosão de tais conflitos. Uma dessas políticas é precisamente a política lingüística, que, ao mesmo tempo que institui a língua portuguesa como língua oficial, deve lançar mão de todos os meios para estudar, pesquisar e desenvolver a riqueza e diversidade lingüísticas presentes em Moçambique.

A diversidade lingüística é um patrimônio precioso da humanidade. O desaparecimento de qualquer idioma implica o empobrecimento da reserva de saber e a perda de instrumentos para a comunicação intra e intercultural. O que está ocorrendo hoje em Moçambique? Não se estará contribuindo para esse empobrecimento e quiçá mesmo para o desaparecimento de seus idiomas? Estará sendo devidamente compreendido o perigo que representa o empobrecimento do pensamento moçambicano resultante da extinção de idiomas?

### **ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DO LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

A situação lingüística moçambicana é, como na maioria dos países africanos, caracterizada pelo plurilingüismo. Falam-se em Moçambique, além do português, várias línguas autóctones do grupo banto. De acordo com os dados do censo de 1980, a língua portuguesa é falada por apenas 24,4% da população, dos quais apenas 1,4% a tem como língua materna, enquanto os restantes 23,2% a têm como segunda língua, adquirida no processo de escolarização por meio do modelo escrito. A maioria dos moçambicanos (75,6%) falam apenas línguas autóctones – ou outras cuja expressão é insignificante – que, estando excluídas do sistema de ensino, permanecem praticamente como línguas exclusivamente orais.

Essas porcentagens ganham mais sentido se forem relacionadas com os papéis que se atribuem a tais línguas – a portuguesa, por um lado, e o bloco das línguas autóctones, por outro. O português, primeiro como língua do colonizador e depois como língua oficial do país independente, é a língua da comunicação em situações oficiais, usada no ensino formal, na administração pública, no discurso político, na comunicação social; já as línguas autóctones são utilizadas na comunicação

---

cotidiana. Grande parte, talvez até a maioria – e disto é elucidativa a porcentagem dos falantes do português que o têm como segunda língua – dos falantes do português apenas o usam nessas situações oficiais, o que nos leva a concluir que, de um modo geral, seu domínio da língua é baixo.

A língua portuguesa, dado seu estatuto de língua oficial, da escolarização, urbana e de prestígio – porque associada à idéia de cultura técnica e científica e à escrita – é veículo das manifestações da cultura hegemônica, das criações estéticas cultas.

É preciso levar em consideração o estigma que ser não-letrado acarreta para o adulto, numa sociedade letrada – ou em processo de enorme valorização do letramento, como vem ocorrendo em Moçambique após a independência –, além da diminuição que a condição de aluno iniciante lhe traz e a desconstrução que sofre enquanto sujeito, uma vez que seu saber não encontra espaço na escola, a qual privilegia o saber livresco.

Na sociedade moçambicana – caracterizada por grande complexidade cultural e diversidade étnica e lingüística – uma proposta única de letramento encontrou muitas dificuldades de implementação, mesmo depois de terem sido “resolvidos” aqueles fatores considerados como sendo a causa do relativo insucesso inicial da alfabetização. Na avaliação do MEC, não se mencionou um dos principais fatores responsáveis pelo fracasso do letramento, apesar dos esforços muitas vezes heróicos de professores e alunos: a política lingüística que definia o português como língua de ensino.

Em 1989, o Ministério da Educação realizou as primeiras avaliações sobre a introdução do Sistema Nacional de Educação, realizada em 1983. Tanto no processo de letramento de adultos quanto na escolarização formal se constatou que, na disciplina de Língua Portuguesa, os alunos enfrentaram muitas dificuldades com a escrita e a expressão oral; geralmente, “ainda não falam com espontaneidade e desinibição desejadas”. Esta situação foi atribuída ao excesso de aulas expositivas e, ainda, ao fraco domínio do português por parte dos próprios professores (Mined, 1989). Em geral, os professores experimentam grande ansiedade e insegurança lingüística ao lidarem com a língua portuguesa usada nas escolas.

Além disso, Hyltenstam & Stroud (1997) puderam constatar em numerosas ocasiões que os próprios professores não compreendem algumas das palavras e frases com as quais se deparam em seus livros. Por não terem, em geral, acesso a dicionários e gramáticas adequados de língua portuguesa, são incapazes de resolver as ambigüidades e incertezas que resultam de uma falta de competência no que poderíamos chamar de “português normativo” (idem, p. 85). Mas o que é português normativo? Mesmo que os professores tivessem um dicionário e uma gramática, dificilmente dariam conta de enfrentar o problema, pois emergem questões pragmáticas e semânticas que requerem valores, concepções etc. às quais esse tipo de obra não pode responder.

Os alunos de língua segunda são menos proficientes em português, visto que são menos loquazes, precisam de maior apoio na comunicação (estimulação pedagógica pontual) para realizar uma tarefa verbal, têm maiores dificuldades em organizar suas produções e evidenciam muito mais formas não-nativas, isto é, erros, em seus discursos. São menos proficientes na leitura, pois a controlam menos, usam pouco “boas” estratégias do ato de ler e têm uma compreensão mais fragmentada do que leram. Possuem menos domínio da escrita que os falantes da língua primeira – embora o último grupo também tenha problemas –, na medida em que usam estratégias de leitura mais orientadas na direção do cumprimento superficial e formalista da tarefa de escrita (Hyltenstam & Stroud, 1997, pp. 86-7).

---

Quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem.

### **IMPORTÂNCIA DO USO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES NA EDUCAÇÃO MOÇAMBICANA**

A importância do uso das línguas autóctones na educação decorre do fato de que a tarefa de letramento numa língua estrangeira como o português é um grande obstáculo ao desenvolvimento nacional de Moçambique, porque ela tende a marginalizar as populações que não são proficientes nesta língua. Todavia, a formação efetiva das massas como mão-de-obra especializada, capazes de funcionar como agentes viáveis de mudança no desenvolvimento nacional, requer que elas adquiram conhecimento científico e/ou know-how técnico. Em outras palavras, a mobilização efetiva das massas da população rural para o desenvolvimento nacional requer a “democratização” do acesso ao conhecimento científico e ao know-how tecnológico. Alcança-se melhor este fim não numa língua estrangeira, mas numa língua que o povo conheça melhor.

Isso significa concretamente que a soma total dos conhecimentos e habilidades necessários ao desenvolvimento nacional – atualmente confinados, veiculados e transmitidos numa língua estrangeira, falada por uma fração relativamente pequena da população – deve ser disponibilizada nas línguas autóctones de comunicação mais ampla faladas pelas massas.

Apesar desses problemas, a opinião dos peritos é que, quando se pesam os prós e contras, as vantagens de uso da língua materna na educação superam as desvantagens. Assim, deve-se adaptar a política de “uso de línguas autóctones na educação” e no desenvolvimento nacional enquanto decorrem esforços para identificar os problemas genuínos e fornecer soluções para eles.

Se a longo prazo a língua portuguesa puder ser falada por todos os moçambicanos no quadro de um bilingüismo aditivo língua materna/português, nesse momento deve-se administrar de modo democrático os problemas cotidianos de comunicação em hospitais, tribunais, organismos públicos etc. Trata-se de tomar consciência de que a promoção de uma prática multilíngüe em Moçambique não é uma questão simbólica ou cultural, de preservação do patrimônio lingüístico mundial: o respeito e a promoção das línguas autóctones devem ser reconhecidos antes de tudo como poderosos meios de democratização.

As instituições colocadas à disposição dos cidadãos, num quadro democrático, precisam adaptar-se às suas necessidades e, em decorrência, prestar os serviços na língua de sua escolha e não exigir que cidadãos se adaptem às instituições.

Torna-se cada vez mais urgente o aprofundamento do estudo das línguas autóctones moçambicanas com objetivos pedagógicos, a fim de que se determine quais línguas devem ser usadas, a que níveis e em que funções. Tal estudo, que timidamente já deu alguns passos, investigaria o tamanho das línguas, suas disseminações demográficas, suas mútuas inteligibilidades, seus status, prestígios e valores de mercado dentro das comunidades em que são faladas, a disponibilidade de materiais e indivíduos letrados, as relações de dominância de cada língua em relação às que a rodeiam, as origens históricas e socioeconômicas da situação de contato e os padrões do uso da língua de seus falantes. Esses fatores aumentariam a possibilidade de escolha de línguas adequadas à educação inicial em língua materna.

---

Uma vez que o letramento pode ser visto como porta para uma realização melhorada do potencial do indivíduo e como corolário da noção de que se adquire melhor o letramento por intermédio de sua primeira língua ou língua materna usada como veículo de instrução, deve-se defender: o uso da própria língua de um povo como forma de reforçar a participação popular nas questões públicas ou nacionais; a noção de que a língua do povo constitui o veículo mais efetivo para a disseminação e popularização da ciência e tecnologia; a persuasão de que o letramento está diretamente ligado à democracia e às práticas democráticas, no sentido de que uma população letrada está melhor equipada para participar nas questões nacionais do que uma iletrada; e, para finalizar, a crescente consciência, nos dias de hoje, de que um negligenciamento benigno ou deliberado das línguas de uma nação pode eventualmente conduzir, no mínimo, a seu declínio e, no pior dos casos, à sua extinção, tendo essa preocupação como conseqüência a procura conscienciosa de uma política lingüística abrangente, adequada às necessidades das gerações presentes e futuras de Moçambique.

Como um Estado, cuja maioria da população não compreende a língua oficial, pode pretender ser democrático? Se as políticas lingüísticas sempre foram reconhecidas como poderosos instrumentos políticos, parece-nos que no passado freqüentemente foram utilizadas como instrumentos de poder, ferramentas de dominação e opressão. No momento atual, trata-se de saber se esses instrumentos podem contribuir de forma explícita para a democratização e a promoção de igualdade no quadro de um mundo moderno onde o multilingüismo de fato seja reconhecido, tendo em conta a diversidade, a identidade e os direitos lingüísticos.

O uso da língua portuguesa como língua de ensino limita seriamente a comunicação entre professores, alunos e outros membros da comunidade. Para crianças e jovens, implica uma maior dificuldade de compreensão do processo de ensino/aprendizagem. Eles não podem compreender nem interagir verbalmente com os professores que não falam sua língua, e estes não podem dar conselhos que são especialmente valorizados pelos pais das crianças. Para os pais monolíngües, significa que ficam impedidos de dialogar com os professores de sua comunidade. Os adultos se vêem confrontados com uma perda de controle sobre a educação de seus filhos pelo fato de não poderem “estabelecer práticas” com os docentes, acabando por se sentirem marginalizados dos assuntos da escola.

Para descolonizar lingüisticamente o povo moçambicano – no sentido de um progresso significativo para a maioria –, defendemos uma política lingüística menos tímida do que aquela seguida até agora, de modo a obter uma situação comparável à que no século XX foi alcançada no Japão, Coréia, China, Israel e Indonésia, onde hoje a maioria da população tem acesso direto à ciência e à tecnologia mediante sua própria língua.

Se a maioria dos moçambicanos sentirem que existe uma genuína vontade política por parte do governo do país, quer-nos parecer (embora sejam necessárias pesquisas mais aprofundadas) que eles preferirão usar no sistema de ensino sua própria língua materna em vez de uma língua estrangeira, sobretudo nas primeiras classes do ensino primário.

Por isso, importa que a todas as línguas faladas em Moçambique seja dada a devida legitimidade. Quem fala que língua, quando, para que, com quem, são as questões que podem conduzir à avaliação dessa legitimidade. Isso ajudará a conceber os passos exatos a serem dados, de modo a preencher tanto os laços sentimentais como os instrumentais com o Estado-nação.

Assim, devem-se criar programas educativos bilíngües de natureza transitória, de modo que, por um lado, os que começam com línguas autóctones tenham acesso ao português e vice-

---

versa, e, por outro lado, todos tenham acesso a outras línguas autóctones para além das da área onde vivem.

É necessário um esforço vigoroso para divulgar a nova língua oficial e, simultaneamente, desenvolver as línguas autóctones, a fim de se alcançarem níveis altos de multilingüismo e, mais importante, ecologia lingüística e equalização lingüística.

Por último, um importante objetivo para a política lingüística no Moçambique pós-independente é a criação de um conhecimento da diversidade sociolingüística entre todas as pessoas e uma promoção de comunicação intercultural efetiva.

## CONCLUSÃO

Não se deve esquecer que as instituições escolares são lugares de luta, e a pedagogia pode e tem de ser uma forma de luta político-cultural. As escolas, como instituições de socialização, têm como tarefa expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nos alunos procedimentos e habilidades imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade.

Belas frases sobre o valor da língua materna de cada um, sobre o valor do interculturalismo etc. não ajudam, a não ser que sejam acompanhadas de adequada organização das escolas. Isso requereria a consulta de especialistas em língua e de planificadores lingüísticos, a fim de que se possa melhorar e reorganizar o sistema educacional para o benefício de todos os cidadãos moçambicanos.

A política lingüística de Moçambique deveria se orientar para a criação de condições conducentes a um uso mais amplo do português e também à possibilidade de uso das línguas autóctones em contextos institucionais, como: educação formal, tribunais estatais, aparato administrativo ou meios de comunicação de massa; em suma, sempre que se sinta que o português é uma barreira lingüística. As línguas autóctones seriam usadas em contextos como: educação formal, por exemplo como meio de instrução em níveis iniciais; no aparelho administrativo; na propaganda comercial; nas campanhas de educação sanitária em áreas rurais; e assim por diante.

Convém salientar a posição que o português tem no mercado lingüístico, o que garante a suposição de que é provável que continue como a língua mais adequada a situações dentro de contextos institucionais, condições que justificariam a tomada de medidas destinadas a disseminar seu conhecimento entre a população.

Dado que nem todos os alunos em Moçambique têm uma língua africana como sua língua materna – pois alguns têm o português e línguas de origem asiática –, é necessário ter em conta uma política lingüística aceitável para a educação em Moçambique, na qual se deveria encontrar um meio-termo entre as duas posições recém-descritas. Partindo-se do princípio de que a criança deve ser ensinada em sua língua materna, o grande desafio que os educadores em Moçambique têm de enfrentar diz respeito à descoberta de meios pelos quais as atividades da escola possam tirar proveito do conhecimento que os alunos têm da língua do meio familiar.

Sabemos que a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza inacabada: está em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós; portanto, é objeto de uma renovação sem fim. A história por si mesma não pode terminar. Eis por que devemos afirmar em alto e bom som – ao contrário daquela trama tão em voga que pretende nos convencer de que chegamos a uma era de estabilidade e a um estágio de completa realização – que a história não tem fim, salvo se houver uma catástrofe cósmica.

---

É bastante humano sentir-se feliz quando se pensa estar cavalgando na crista do futuro. Entretanto, na maioria das vezes esta satisfação abre caminho a um lento e sóbrio reconhecimento de que aquilo que parecia uma forte onda da história não passava de um redemoinho lateral na corrente dos acontecimentos. Ao cientista social, sugeriria portanto uma moratória na ansiosa pergunta por saber quem exatamente detém a modernidade sob controle.

Pode-se sustentar que nossas sociedades poderiam ser mais eficientes e humanas se valores sociais corretos fossem inculcados nos jovens. Tais argumentos podem ser válidos, mas parece difícil chegar a consenso sobre o modo de colocá-los em prática. Isso nos pode desencorajar e conduzir ao pessimismo quando olhamos o que deve ser feito e constatamos a aparente imobilidade das mudanças sociais. O homem existe por estender constantemente seu ser para o futuro, tanto em sua consciência como em sua atividade. Dito de outra forma, o homem se realiza em projetos. Uma dimensão essencial dessa “futuridade” do homem é a esperança. É por meio da esperança que os homens superam qualquer situação do aqui e agora. Como refere Lester Thurow (1997, p. 413):

As mudanças sociais ocorrem de forma muito semelhante à das ondas se chocando com os rochedos. Todos os dias os rochedos vencem. As ondas batem contra eles e parece que nada acontece. Mas sabemos, com certeza absoluta, que um dia todos aqueles rochedos serão grãos de areia. As ondas perdem todos os dias, mas a longo prazo elas vencem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONÇALVES, P. “Situação lingüística em Moçambique: opções de escrita”. In: *Tempo*. Maputo, 09/04/89, pp. 46-9.
- HALL, S. “New ethnicities”. In: *ECA Documents*, 7, 1986, pp. 27-31.
- HONWANA, L. B. “Línguas moçambicanas e língua portuguesa”. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 615. Lisboa, 11/05/94, pp. 22-3.
- HYLTENSTAM, K. e STROUD, C. “Relatório final e recomendações da avaliação de materiais de ensino para o 1º grau do ensino primário em Moçambique: II Questões Lingüísticas”. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 12. Maputo: INDE, 1997.
- MARTINS, Z. *Population growth and universal primary education in Mozambique*. Universidade de Gana: Faculdade de Estudos Sociais, 1990.
- MINED (Ministério da Educação). *Balanço da introdução do SNE*. Maputo: DNP/MINED, 1989, mimeo.
- RAMPTON, B. *Crossing language and ethnicity among adolescents*. Londres: Longman, 1995.
- SANTOS, M. dos. “É preciso preservar as línguas africanas”. In: *Tempo*. Maputo, 24/12/89, pp. 46-8.
- SAÚDE, A. “Línguas nacionais: solução para minimizar insucesso”. In: *Domingo*. Maputo, 03/09/96.
- THUROW, L. C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

#### RESUMEN

*En este texto procuro analizar el modo como las políticas educacionales del pos-independencia (1975), en particular en el campo lingüístico en Mozambique, se caracterizan por una débil voluntad de ampliar las oportunidades educacionales, visando a la construcción de la ciudadanía para todos los niños mozambiqueños. Con la independencia, la lengua portuguesa fue instituida como oficial e como garantía de la unidad nacional, no se atribuyendo a las lenguas autóctonas mozambiqueñas una función social específica. La marginalización de estas lenguas no sólo contribuyó para el fracaso del rendimiento escolar, sino también afectó la preservación de los valores culturales de la sociedad. El respecto y la promoción de las lenguas autóctonas debe ser reconocido antes de todo como un poderoso medio de democratización.*

**Palabras-clave:** *ciudadanía, políticas lingüísticas, lenguas autóctonas.*

---

**ABSTRACT**

*In this text, I try to analyze the way the educational policies after-independence (1975) in Mozambique, in particular in the linguistic field, were based on a weak will of enlarging the educational opportunities by seeking the construction of citizenship for all the mozambiquean children. After the independence, the Portuguese language was established as official and as a guarantee of national unit, not attributing a specific social function to the mozambiquean autochthonous languages. The marginalization of these languages contributed to the failure of the school profit and affected the preservation of society's cultural values. The respect and the promotion of the autochthonous languages should be recognized as a powerful way of democratization.*

**Keywords:** *citizenship, linguistic policies and autochthonous languages.*